Edição Digital Certificada*Sexta-feira, 19 de setembro de 2025

TIMPEL S.A. - NIRE: 35.300.315.952 - CNPJ/MF: 06.370.174/0001-22 EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA Ficam convocados os Srs. acionistas da **TIMPEL S.A.** ("<u>Companhia</u>"), para se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 06/10/2025, às 9h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Simāc Alvares, nº 356, Conjuntos 51, 41 e 42, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05417-020, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) contas da administração da Companhia; (ii) exame, discussão e voto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024; (iii) resultado do exercício socia encerrado em 31/12/2024; (iv) aprovação do novo veículo para a realização das publicações obrigatórias da Companhia, mediante a alteração dos Artigos 7º e 9º, parágrafos 4º e 6º, respectivamente, do Estatuto Social; e (v) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 18 de setembro de 2025. Marcelo Britto Passos Amato,

CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EMBALAGENS

João Paulo Vasco Poiares Baptista e Raul Gonzalez Lima - Conselho de Administração

CNPJ/MF n° 10.534.653/0001-04 - NIRE 35.300.363.868 - SOCIEDADE ANÔNIMA EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Ficam os senhores acionistas da CBE - COMPANHIA BRASILEIRA DE EMBALAGENS, com sede em São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.311, 4° andar, conjunto 42, sala F, Bairro Itaim Bibi, ("Companhia") convocados para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária no dia 01/10/2025, às 14:00, assembleia exclusivamente digital, por meio do aplicativo Microsoft Teams, ID da Reunião: 282 686 203 252 9, Senha: 3nW2pj37, conforme prevista na Lei nº 14.030 de 2020, para deliberar sobre a seguinte: ORDEM DO DIA: **Exame, discussão e votação sobre** a proposta da Administração de aumento de capital, para finalidade de quitar as dividas atuais da Companhia com o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Roberto Lombardi de Barros, de R\$ 25.395.083,00, para R\$ 26.115.083,00, um aumento, portanto, de R\$ 720.000,00, mediante a emissão de 1.800 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com preço de emissão de R\$ 400,00 por ação, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso I da Lei das S.A., que deverão ser subscritas em até 30 (trinta) dias, caso aprovado o aumento em Assembleia, sendo que as sobras poderão ser subscritas por quaisquer dos acionistas interessados no primeiro dia útil após o período de 30 (trinta) dias. Com vistas a permitir a organização dos trabalhos, olicitamos que eventuais procurações outorgadas pelos acionistas a seus representantes sejam encaminhada oara o e-mail <u>marcela correia@interfloat.com.br,</u> com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência da AGEO. Atenciosamente, Roberto Lombardi de Barros — Presidente do Conselho de Administração

BIONEXO S.A. CNPJ/MF nº 04.069.709/0001-02 | NIRE nº 35.300.442.113 ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2025

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 05/08/2025, as 14:00 horas, na sede da BIONEXO S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 7º andar, conjuntos 71 e 72, Condomínio São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000 ("Companhia"). 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação nos termos do adrigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei das Sociedades por Ações."), em decorrência da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. LEITURA DOS DOCUMENTOS: Não foi requerida a leitura dos documentos referidos no arrigo 133 da Lei das Sociedades por Ações. 4. MESA: Presidida pelo Sr. Maureio de Lázzari Barbosa, e secretariada pelo Sr. Marcelo Pechinho Hallack. 5. ORDEM DO DÍA: Deliberar sobre (i) o conhecimento da renúncia da Sra. Solange Plebani do cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; (ii) a eleição de novo membro efetivo do Conselho de Administração; (ii) a eleição de novo membro efetivo do Conselho de Administração; (ii) a eleição de novo membro efetivo do Conselho de Administração; (ii) a eleição de novo membro efetivo do Conselho de Administração; (ii) os acionistas tomaram conhecimento da renúncia apresentada pela Sra. Solange Plebani, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº 3.334.564, inaco CPF/MF sob o nº 947.618.099-49, com endereço comercial na Avenida Juscelino Kubitscheck, 1830, conjunto 71, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, do cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, A carta de renúncia apresentada encontra-se arquivada na sede social da Companhia; (ii) a eleição do Sr. Rafael Kellermann Barbosa, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.502.857, inscrito no CPF/MF sob o nº 931.524.408-12, com endereço comercial na Avenida Juscellino Kubitscheck, 1830, conjun as deliberações, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram dados por encerados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma sumária, nos termos do §1º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ajões que, após lida e a provada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Mauricio de Lazzari Barbosa – Presidente; Marcelo Pechinho Hallack – Secretário. Acionistas: (i) Prisma Bazar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; (ii) Apus Participações S A.; (iii) Orjen Investiments Pte Ltút, (iv) BNXO BCTO - Fundo de Investimento em Participações; (v) Mauricio de Lázzari Barbosa. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 05.08/2025. Mésa: Mauricio de Lázzar Barbosa-Presidente e Marcelo Pechinho Hallack-Secretário. JUCESP nº 289.692/25-8 em 08/09/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ambipar * — Ambipar Participações e **Empreendimentos S.A.**



Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35.300.384.466 | Código CVM 2496-1

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

a ser Realizada em 10 de Outubro de 2025

O Conselho de Administração da Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia") convoca os acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("CKVM 81"), em primeira convocação, no dia 10 de outubro de 2025, às 10h, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: (i) Eleição de novo membro do Conselho de Administração da Companhia, e sua designação como Presidente do Conselho de Administração. A AGE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ocorrer (a) via Boletim de Voto a Distância, e/ou (b) via plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"). A Companhia entende que a forma exclusivamente digital, razão pela qual a participação de seus acionistas, que poderão participar da AGE que as instruções detalhadas para a realização desta AGE por facilitar a participação de seus acionistas, que poderão participar da AGE que as instruções detalhadas para a realização desta AGE por facilitar a participação de seus acionistas que desejamem participar da AGE que as instruções detalhadas para a realização desta AGE por meio da Plataforma Digital, nos termos da RCVM 81, constam da Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas na AGE ("Proposta"), que podem ser acessados nos endereços eletrônicos da Companhia (http://w.m.bi.ambipar.com), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br). Os acionistas interessados em participação dos Acionistas na AGE ("Proposta"), que podem ser acessados nos endereços eletrônicos da toma participação voto por meio: (i) dos seus respectivos agentes de outubro de 2025, manifestando seu interesse em participação dos Boletins de Voto a

TEEN IMADIL IÁDIA A A	
TEEN IMOBILIÁRIO S.A.	
CNPJ/MF 33.598.776/0001-04	
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (E	m Reais - R\$)

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais - R\$)											
Balanços Patrimoniais / ATIVO	2024	2023				2024 202		Demonstrações dos fluxos de caixa - método indire	eto 2024	2023	
	21.846.302					12.640.927 4.226.156		Lucro líquido antes do imposto de renda			
Caixa e equivalentes de caixa	834.122	1.115.589				.012.661	-	e contribuição social	3.868.586	(165.677)	
Contas a receber	6.682.395		Fornecedores		3.	.071.186	3.405.099	Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto		,,	
Adiantamento a fornecedores	-	5.316	Obrigações trabalhis		53.968	116.968	de renda e contribuição social com o caixa				
Imóveis a comercializar	-	3.107.941	Impostos e contribui		305.668	686.498	líquido das atividades operacionais				
Impostos e contribuições a compensar	148.879	82.697				197.445	-	Resultado de equivalência patrimonial	(9.703.845)		
Partes relacionadas	14.180.906	-	Outros passivos			-	17.591	Depreciações e amortizações	67.841	127.354	
Ativo não circulante	14.932.122	11.675.249			5.	.382.541	7.000.000		1.813.722	488.601	
Imóveis a comercializar	1.084.524	11.502.014				-	-	Juros sobre empréstimo	1.013.722	400.001	
Investimentos	13.681.995	-	Empréstimos e financiamentos			.382.541	7.000.000	Variações nos ativos e passivos operacionais		(= 00= =00)	
Imobilizado	165.603	173.235	Patrimônio líquido			754.956	11.786.370	Contas a receber		(7.025.732)	
			Capital social			.567.753	18.467.753	Adiantamento a fornecedores	5.316	21.571	
			Prejuízos acumulad	os		.812.797)	(6.681.383)	Estoque		(5.250.311)	
Total do ativo	36.778.424	23.012.526	Total do passivo e	patrimônio líquido	36.	778.424	23.012.526	Impostos e contribuições a compensar	(66.182)		
	Demonstração	ies das muta	ções do patrimônio l	íguido				Fornecedores	(333.913)	3.309.040	
		oital social	Capital social	Preiuízos	Total do		Total do	Obrigações trabalhistas e sociais	(63.001)	(7.637)	
	Cap	subscrito	a integralizar	acumulados	controlador	notrim	ônio líquido	Impostos e contribuições a recolher	(380.829)	641.945	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		47.201.418	(30.793.665)	(6.480.747)	9.927.006	patriiii	9.927.006	Outros passivos	(17.591)	17.591	
Prejuízo do exercício		47.201.410	(30.793.003)	(200.636)	(200.636)		(200.636)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.001)	(34.959)	
Integralização de capital		-	2.060.000	(200.030)	2.060.000		2.060.000	Impostos diferidos	197.445	(04.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		47.201.418	(28.733.665)	(6.681.383)	11.786.370		11.786.370	Juros pagos	(825.664)		
Integralização de capital		47.201.410	3.100.000	(0.001.303)	3.100.000		3.100.000		(023.004)	-	
Preiuízo do exercício		-	- 3.868.586		3.868.586		3.868.586	Caixa líquido gerado pelas (usado nas)	0.420.052	(7.050.246)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		47.201.418	(25.633.665)	(2.812.797)	18.754.956		18.754.956	atividades operacionais	0.430.033	(7.958.216)	
			(23.033.003)	(2.012.797)	10.734.930		10.734.930	Fluxo de caixa das atividades de investimento	(00.000)	(405.040)	
Demonstrações do Resultado	2024		Demonstrações do Resultado Abrangente 2024 2023				Aquisição de bens do ativo imobilizado	(60.208)	(165.619)		
Receita líquida	12.318.562	10.210.901				Aportes em controladas e adiantamento para					
Custos	(11.996.111)	(6.519.328)	Lucro líquido do ex	rercício		3.868.586	(200.636)	futuro aumento de capital em controladas	(3.978.150)	-	
Lucro bruto	322,451	3.691.573	Outros resultados abrangentes, líquido dos					Caixa líquido aplicado nas atividades de			
(Despesas) receitas operacionais			• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •					investimento	(4.038.358)	(165.619)	
Comerciais	(81.093)) -	efeitos tributários			-	-	Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Gerais e administrativas	(4.230.303	(3.622.529)	Total do resultado	abrangonto do ovo	rcício	3.868.586	(200.636)	Partes relacionadas	(14.180.906)	-	
Resultado de equivalência patrimonial	9.703.845	· `	Total uo resultado	abialigelile do exel	CICIO	3.000.300	(200.030)	Aumento de capital de quotistas controladores	3.100.000		
Lucro operacional antes do resultado financeiro			Reconhecemos a ex	ratidão do presente	Balanco totaliza	ando Ativo	e Passivo em		10.000.000		
e do imposto de renda e contribuição social	5.714.901	69.044		•				Pagamentos de financiamentos	(3.592.856)		
Resultado financeiro			R\$ 36.778.424,00	(trinta e seis milho	oes, setecentos	e setenta	a e oito mil,	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas)	(3.332.030)	(400.001)	
Receitas financeiras	316.611	254.120	quatrocentos e vinte e quatro reais). São Paulo, 31 de dezembro de 2024.				atividades de financiamento	(4.673.762)	0 574 200		
Despesas financeiras	(2.162.927)	(488.842)									
	(1.846.315		Alessandro Hideki Harada					Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caix	a (281.467)	447.565	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição so			Director CDE: 264 544 748 10				Caixa e equivalentes de caixa				
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	-	,,	, 511.204.044.740.10				No inicio do exercício	1.115.589	668.025		
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	-	(34.959)	Clay Regazzoni Monteiro				No final do exercício	834.122	1.115.589		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	3.868.586		Contador CRC 1SP/216231/O-1				Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caix	a (281.467)	447.564		

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código AB9F-EBC3-D3D2-9AFB.



Jornal O DIA SP

= Ipiranga Agroindustrial S.A.

C.N.P.J. nº 07.280.328/0001-58 - NIRE 35.300.383.966 a Assembléia Geral Extraordinária (AGE), Realizada em 31 de Julho de 2024

I - Data, Horário e Local: Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), às 09h00min, na sede social da Ipiranga Agroindustrial S.A., situada na Fazenda Nova, às margens da Rodovia Cezário José de Castilho, na sede social da Ipiranga Agroindustrial S.A., situada na Fazenda Nova, às margens da Rodovia Cezário José de Castilho, Km 400 + 800 mts (SP-321) na Cidade de Iacanga, Estado de São Paulo. II - Presença: Acionistas representando 100% das ações da Companhia, a saber: (I) Santana Administração e Participações S.A., representada por seus acionistas AIT Agricola E Participações Ltda. representada por seu sócio Leopoldo Tittoto e MT Comércio e Administração Ltda. representada por seu sócio Ricardo Tittoto Neto; (II) ND3 Bioenergia Ltda. representada por seu acionista Luis Guilherme Naufel Defilippi, e (III) Lcunali Agricola e Participações Ltda., representada por seu sócio Luiz Cunali Defilippi. III - Composição Da Mesa - (I) Presidente: Sr. Leopoldo Tittoto; e (II) Secretário: Sr. Matheus Mazza Tittoto. IV - Convocação: Dispensadas as formalidades de convocação nos termos do parágrafo § 4º do artigo 124, da Lei 6.404/76. V - Lavratura da Ata: Ata lavrada de forma sumária, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. VI - Ordem do Dia: (a) Alteração do Cantillo III actigos 12 a 18 do Estatuto Social da Compania (Da Diretoria): (b) **VI - Ordem do Dia: (a)** Alteração do Capítulo III, artigos 12 a 18 do Estatuto Social da Companhia (Da Diretoria); **(b)** Inclusão da Filial 33, Fazenda São José da Estiva, incrita no CNPJ sob nº 07.208.328/0034-16, e; **(c)** Consolidação do Inclusão da Filial 33, Fazenda São José da Estiva, incrita no CNP1 sob nº 07.208.328/0034-16, e: (c) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. VII - Deliberações: Após os esclarecimentos e explicações sobre as matérias e sua redação mencionadas na ordem do dia, foram postas em discussão e votação, tendo sido aprovadas por unanimidade dos presentes todas as proposituras constantes da ordem do dia, sem reservas e restrições, com a seguinte redação: VIII - Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) Alterar o Capítulo III, artigos 12 a 18 do Estatuto Social da Companhia (Da Diretoria) com a seguinte redação: Da Diretoria - Art. 12 - A Diretoria da companhia será composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 09 (nove) membros, acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo Financeiro e demais Diretores, com ou sem designação específica que poderá ser atribuída pelo Diretor Presidente, todos residentes no País, com mandato de 3 (três) anos, prorrogáveis até a posse dos respectivos substitutos, facultada a reeleição. Parágrafo Primeiro - A gestão da Diretoria independe de caução ou de qualquer outra garantia. Parágrafo Secundo - No impedimento, ausência temporáña, ou caso de vaça da cargao, por qualquer motivo, de qualque Piretor. reeleição. Parágrafo Primeiro - A gestão da Diretoria independe de caução ou de qualquer outra garantia. Parágrafo Segundo - No impedimento, ausência temporária, ou caso de vaga do cargo, por qualquer motivo, de qualquer Diretor, competirá ao Diretor Presidente, indicar o substituto, o qual exercerá o mandato até a reunião do Conselho de Administração, a ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias, que deliberará sobre o provimento definitivo do cargo. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substitutido. Parágrafo Terceiro - Se a vaga, por qualquer motivo, for a de Diretor Presidente, o Conselho de Administração se reunirá em até 30 (trinta) dias para eleição do seu substituto. O eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. Parágrafo Quarto - Os Diretores perceberão uma remuneração a ser fixada pelo Conselho de Administração es ó terão direito ao recebimento quanda em efetivo exercicio do cargo. Art. 13 - Compete à Diretoria, na forma prevista neste Estatuto, a representação da Sociedade, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, autarquias ou reparaticões paraestatois, bem como a estão dos neastão os sociais em earal e a prática de todos atos de administração. repartições paraestatais, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, executando e fazendo executar as deliberações do Conselho de Administração. Art. 14 - Sem prejuízo das atribuições comuns aos Diretores, compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões de Diretoria, podendo, entretanto, declinar esta competência a outro Diretor. Parágrafo Único - O Diretor Presidente estabelecerá, nos termos deste Estatuto, as divertizes para a ação da Diretoria, devendo os demais Diretores agir de acordo com tais diretrizes, reportando sempre ao Diretor Presidente. O Diretor Presidente poderá, ainda, ite, vetar as deliberações tomadas pela Diretoria, submetendo-as à apreciação do Conselho de Administração Art. 15 - Serão praticados por no mínimo 02 (dois) diretores, em conjunto, devendo um deles, obrigatoriamente, ser o Diretor Presidente ou o Diretor Administrativo Financeiro, os seguintes atos: (1) de aquisição, permuta, alienação ou oneração de bens imóveis da Sociedade (11) assinar em nome da Sociedade cartas de fiança e avais, prestar garantias reais, tais como exemplificativamente, hipoteca, caução, penhor, anticrese, alienação fiduciária e outras, para empresas cujas acões, em sua maioria, sejam de propriedade, direta ou indiretamente, da Sociedade; (iii) decidir sobre a abertura ou fechamento de filiais, agências, escritórios ou depósitos, em qualquer parte do território nacional ou exterior, assinando os respectivos instrumentos; (iv) representar a sociedade perante terceiros, instituições financeiras, assinando contratos e compromissos de quaisquer natureza, ainda, onerar e penhorar a safar, o gado e demais mercadorias em garantia de financiamentos ou empréstimos obtidos exclusivamente em favor da Sociedade junto a instituições financeiras; (v) constituir procuradores judiciais ou extrajudiciais da Sociedade, com os poderes da cláusula ad negatia e da cláusula ad judicia et extra e mais os especiais de confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e substabelecer, declarando os poderes e o prazos de validade dos respectivos mandatos, com exceção da representação outrogada para fis judiciais que poderá não ter prazo específico de validade. Art. 16 - Serão praticados por qualquer dos Diretores da Sociedade, isoladamente, nao ter prazo especimico de valuade. Nat. 10 - Seato princiatos por qualquer ous orienteres au sociedade, isolatalmente, independentemente de sua designação: (1) os atos de representação da Sociedade, ativa ou passivamente, em juizo ou fora dele, nas relações com terceiros, instituições financeiras, perante reportições públicas federais, estaduais ou municipais, autarquias ou repartições paraestatais, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, executando e fazendo executar as deliberações do Conselho de Administração; (11) os atos administrativos necessários ao giro comercial, especificamente: a emissão de cheques e autorização de movimentos em conta corrente, tendo por objetivo o pagamento de fornecedores. tributos, taxas, encargos sociais, remueração e administração de empregados, transferência de numerários entre bancos, cujo favorecido seja expressamente a sociedade; (iii) emitir e endossar cheques, notas promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e duplicatos, receber e dar quitação, acordar, transigir, fixar preços, dentre outros; (iiv) assinar contratos e compromissos de quaisquer natureza em operações de até R\$200.000,00 (duzentos mil reais), o que deverá ser observado, também, em relação ao item III acima. Este valor será reajustado anualmente, no mês de abril, pelo indicador IPCA acumulado de 12 meses. Art. 17 - Com exceção do previsto no item (ii) do artigo 15, são expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor(es), procurador(es) ou funcionário(s) que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao seu objeto social, tais como finança, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. Art. 18 - A Diretoria reunir-se-á todas as vezes que for necessário ou conveniente para discussão de assuntos da companhia, sendo no mínimo uma vez ao mês, lavrandoses at estas detiberações em livro próprio, a critério do Diretor Presidente. (b) Incluir a Filial 33, Fazenda São José da Estiva, localizada na zona rural do município de Avai, CEP: 16680-000, Estado de São Paulo, inscrita no CNP2/MF sob o nº 07.280.328/0034-16 e Inscrição Estadual sob o nº 192.016.293.110. (c) Consolidar o Estatuto Social da Companhia que passará a vigorar na forma do *Anexo I* da presente AGE. **IX - Encerramento, Lavratura, Leitura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém se manifestando, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Local e Data:** Iacanga, 31 de julho de 2024. **Mesa:** Leopoldo Tittoto, Presidente e Matheus Mazza Tittoto, Secretário. **Acionistas Presentes:** (aa) **Santana Administração e Participações S.A., ND3 Bioenergia** Ltda. e Lcunali Agrícola E Participações Ltda. A presente Ata é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias da Ipiranga Agroindustrial S.A. Leopoldo Tittoto - Presidente da Mesa, Matheus Mazza Tittoto - Secretário da Mesa. Acionistas Presentes: Representando a Santana Administração e Participações S.A.: ATT Agrícola e Participações Ltda. Representado por: Leopoldo Tittoto, MT Comércio e Adm. Ltda. Representado por: Leopoldo Tittoto, MT Comércio e Adm. Ltda. Representado por: Ricardo Tittoto Neto. Representando a ND3 Bioenergia Ltda.: Luis Guilherme Naufel Defilippi. Representando a LCunali Agrícola e Participações Ltda.: Luis Cunali Defilippi. JUCESP nº 308.844/24-5 em 22/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. Anexo I - AGE Realizada em 31 de Julho de 2024. Consolidação do Estatuto Social Da Ipiranga Agroindustrial S.A. - CNRJ/MF nº 07.280.328/0001-58 - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Art. 1º - A Ipiranga Agroindustrial S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, que se regerá pelo presente estatuto e disposições legais aplicáveis. Art. 2 - A Sociedade tem sede e foro na Fazenda Nova, no Município e Comaráo de Iacanga, na Rodovia Cezário José de Castilho (SP-321), km 400 + 800m, estado de São Paulo, podendo criar, transferir ou extinguir escritórios, filais, agências ou depósitos, representações, sucursais e outros estabelecimentos, em qualquer tempo e em qualquer localidade do País e no exterior, a critério da Diretoria. Parágrafo Único - A Sociedade possui as filiais abaixo listadas: Filial 1: localizada na Fazenda Santa Cecília, Estrada Municipal Pirajuí ao distrito de Estiva; Km7, s/nº, município de Pirajuí - distrito de Estiva; CEP 16.600-000, estado de São Paulo, inscrita no CND/MF sob o nº 07.280.328/0002-39 e inscrição Estadual sob o nº 538.075.740.116; Filial 2: localizada na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, município de Reginópolis, na Estrada Municípal de Reginópolis ao bairro Lagoa, km 2, CEP 17.190-000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0003-10 e inscrição Estadual sob o nº 573.057.442.117; **Filial 3**: localizada na Fazenda Sant'Ana, município de Balbinos, na Estrada Municipal Balbinos à Reginópolis, km 5, CEP 16.640-000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0004-09 e Inscrição Estadual sob o nº 196.052.569.115. **Filial 4**: localizada na Fazenda Fancisca, município de Presidente Alves, CEP 16.670-000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ localizada na Fazenda Francisca, município de Presidente Alves, CEP 16.670-000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0005-81 e Inscrição Estadual sob o nº 559.006.765.111. Filial 5: localizada na Fazenda Ouro Verde III, Estrada Municípal Jacuba a Arealva município de Arealva, CEP 17.160-000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0006-62 e Inscrição Estadual sob o nº 183.009.118.116. Filial 6: localizada na Fazenda Monte Alegre II, Rodovia Anhanguera, Km 249, município de Santa Rita do Passa Quatro, CEP 13.670-000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0007-43 e Inscrição Estadual sob o nº 621.032.802.110. Filial 7: localizada na Fazenda Alambari, Km 10, município de Santa Cruz da Esperança, CEP 14.250-970, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0008-24 e Inscrição Estadual sob o nº 781.006.766.113. Filial 8: localizada na Fazenda Baixão, Km 20, município de Sara Azul, CEP 14.230-970, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0009-05 e Inscrição Estadual sob o nº 61.011.300.111. Filial 9: localizada na Fazenda Santa Sofia, Km 20, município de Santa Rosa do Viterbo, CEP 14.270-970, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0010-49 e Inscrição Estadual sob o nº 62.028.376.119. Filial 10: localizada na Fazenda Parazita, Km 01, município de São Simão, CEP 14.200-970, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0011-20 e município de São Simão, CEP 14.200-970, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0011-20 e Inscrição Estadual sob o nº 656.019.342.111. Filial 11: localizada na Fazenda Rancho Alegre, Km 16, município de Santo Antonio da Alegria, CEP 14.390-000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0012-00 e Inscrição Estadual sob o nº 627.013.720.112. Filial 12: localizada na Fazenda Cachoeira do Pitumbi, Estrada Casa-Branca Mococa, município de Casa Branca, CEP 13.700-000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0013-91 e Inscrição Estadual sob o nº 257.034.183.113. **Flial 13:** localizada na Fazenda Santo Antonio, Rodovia Narciso F. Lopes, Km 4, sentido Cassia dos Coqueiros, município de Cajuru, CEP 14.240-000, estado de São Paulo, inscrita no ZCNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0014-72 e Inscrição Estadual sob o nº 243.028.390.118. **Flial 14:** localizada no Structura de Companyo de Capacida de Cap Serra, Estrada Municipal Cassia dos Coqueiros a Fazenda Santana da Serra, Km Coqueiros, CEP 14.260-000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0015-53 e Inscrição Estadual sob o nº 258.008.549.111. **Filial 15:** localizada na Fazenda Itapiru-Paraguai, Estrada Vicinal Guilherme Scatena, Km 22, município de São Carlos, CEP 13.560-970, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0016-64 e Inscrição Estadual sob o nº 637.356.20.119. **Filial 16:** localizada na Fazenda Santa Emilia, Rodovia SP 338, Km 287, município de Mococa, CEP 13.730-971, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0017-15 e Inscrição Estadual sob o nº 453.074.448.118. Filial 17: localizada na Fazenda Boa Vista Grande. Rodovia Guilherme Scatena, Km 22, município de Descalvado, CEP 13.690-000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0018-04e Inscrição Estadual sob o nº 285.038.490.116. Filial 18: localizada na Fazenda Morrinhos, Estrada Municípal Mococa a Tambada, Km 12, município de Tambada, CEP 13.710-000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0019-87 e Inscrição Estadual sob o nº 680.025.260.110. Filial 19: localizada na Fazenda São João, Estrada de Monte Santo de Minas a Cassia dos Coqueiros, município de Monte Santo de Minas, CEP 37.958-000, estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0020-10 e Inscrição Estadual sob o nº 002617204.00-14. ue minia delais, inistita ilo CNP/MF 300 0 in 77.200.326/0020-10 e ilistrição Estadual 300 0 in 2021/204.00-14. Filial 20: localizada na Fazenda São Domingos, Rodovia Deputado Leônidas Pacheco, Km 373, Município de Ibitinga, CEP 14.940-000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0021-00 e Inscrição Estadual sob o nº 344.095.427.110. Filial 21: localizada na Fazenda Tutameia, Rodovia MG 449, Km 13, Município de Arceburgo, CEP 37.820-000, estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0022-82 e Inscrição Estadual sob o nº 000617204.01-97. Filial 22: localizada no Sitio Santo Antônio, Estrada do Lajeado 5/nº, Rodovia Anhanguera (SP 330), Km 226, Município de Porto Ferreira, CEP 13.660-000, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0023-63 e Inscrição Estadual sob o nº 555.063.969.115. **Filial 23:** Fazenda Santa Tereza, localizada na estrada vicinal Mário Sgarbi Uru a Pirajuí, entrada KM 26, s/n, município de Uru, CEP 16.650-000, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0024-44 e Inscrição Estadual sob o nº 706.006.976.110. Filial 24: Fazenda Rio Verde, localizada na estrada Municipal Murilo Vilaça Maringoni - BRW-312, sentido Bauru/Reginópolis, KM 12, s/n, municipio de Bauru, CEP 17.022-895, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0025- 25 e Inscrição Estadual sob o nº 02.803.288/0025- 25 e Inscrição Estadual sob o nº 07.2803.288/0025- 25 e Inscrição Estadual sob o nº 07.288/0025- 25 e Inscrição Estadual sob o nº 07.288/0025- 25 e Inscrição Estadual 07.280.328/0026- 06 e Inscrição Estadual sob o nº 536.088.826.112. Filial 26: Fazenda Laranjal, localizada na Rodovia Leônidas P. Pacheco, KM 386, Ribeirão dos Porcos, Zona Rural, CEP 14955-000, município de Borborema, Estado de São Leónidas P. Pacheco, KM 386, Ribeirão dos Porcos, Zona Rural, CEP 14955-000, município de Borborema, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0027-97 e Inscrição Estadual sob o nº 223.036.643.113. Filial 27: Fazenda São Benedito, localizada na Estrada Municipal GUA 040, sentido Guaranésia - Igaraí, s/nº, município de Guaranésia, CEP: 37810-000, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0028-78 e Inscrição Estadual sob o nº 002617204.02-78. Filial 28: Fazenda Cachoeira Alegre, localizada na Estrada Vicinal TPB 050, sentido Tapiratiba - Igaraí, s/n, município de Tapiratiba, CEP: 13760-000, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0029-59 e Inscrição Estadual sob o nº 683.021.432.117. Filial 29: Fazenda Soledade, localizada na Rodovia MGC 146 Deputado Humberto de Almeida entre os KMs. 351 e 352, s/n, Zona Rural, no município de Passos, CEP: 37900-970, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0030-92 e Inscrição Estadual sob o nº 07.280.328/0030-92 e Inscrição Estadual sob o nº 00.280.328/0030-92 e Inscrição Estadual s nº 002617204.03-59. **Filial 30:** Fazenda Nossa Senhora do Carmo, Acesso pela Rodovia Estadual AMG-2440, sentido São José da Barra à Alpinópolis, s/n, Município de Alpinópolis, CEP: 37940-000, Estado de Minas Gerais, inscrita no Jose da Banta a Adminipotos, syri, municipio de Adminipotos, ter: 3/940-000, Estado de minis derais, instrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0031-73 e Inscrição Estadual sob o nº 002617204.06-85. **Filial 31:** Fazenda Barra de São Sebastião, Acesso pela Estrada Municipal sem Denominação, que liga Ponte Alta à Delfinópolis, s/n, Município de Delfinópolis, Comarca de Cássia CEP: 37910-000, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o 70.7.280.328/0032-54 e Inscrição Estadual sob o nº 002617204.05-02. Filial 32: Fazenda Monjolinho, acesso pela Estrada Municipal - SJR-252, sentido a Guapé MG, s/n, Município de São José da Barra, Comarca de Alpinópolis, CEP: 37945-000, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0033-55 e Inscrição Estadual sob o nº 002617204.04-30. Filial 33: Fazenda São José da Estiva, localizada na zona rural do município de Avaí, CEP: 16680-000, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.280.328/0034-16 e Inscrição Estadual sob o nº 07.280.328/0034-16 192.016.293.110. Art. 3ª - A matriz e as filiais da Sociedade têm por objeto social: (f) Fabricação de açúcar e etanol nas suas diversas especificações; melaço e demais subprodutos derivados da cana-de-açúcar; (fi) Comércio, importação e exportação, inclusive de derivados, praticando todas as operações, principais e acessórias, relacionadas com tal atividade; (fii) Comércio, a varejo, de derivados de petróleo, tais como, etanol carburante, lubrificantes, óleo diesel e gasolina. (iv) Exploração rural e mineral, exploração de lavouras de cana-de-açúcar, soja, milho, amendoim, sorgo, milheto e culturas intercalares, em terras próprias, arrendadas e/ou em regime de parceria; (v) Cogeração de energia termoelétrica e venda de energia no mercado, podendo prestar serviços rurais e assistência técnica; (vi) Participação em outras sociedades em qualquer ponto do território nacional e internacional. Art. 4º - A Sociedade terá prazo de duração indeterminado. Capítulo II - Do Capital Social - Art. 5º - O capital social da Sociedade, totalmente integralizado,

expresso em moeda corrente nacional, é de R\$ 676.002.174,10 (seiscentos e setenta e seis milhões, dois mil, cento e

e seis mil, trezentos e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Parágrafo Primeiro - Em caso de aumento e seis mil, trezentos e três) ações ordinânas nominativas, sem valor nominal. Parâgrafo Primeiro - Em caso de aumento do capital social, os Acionistas, na forma da lei, terão preferência para a subscrição de novações, na proporção do número de ações que possuírem. Parâgrafo Segundo - O direito de preferência à subscrição de novas ações deve ser exercido no prazo fixado pela Assembleia Geral, o qual não pode ser inferior a 30 (trinta) dias, a partir da primeira publicação, no Diário Oficial do Estado, do respectivo Aviso aos Acionistas. Parâgrafo Terceiro a sa ções representativas do capital social somente poderão ser cedidas e/ou transferidas a terceiros após terem sido oferecidas à própria Sociedade e, posteriormente, aos outros acionistas, os quais terão o direito de preferência na aquisição das referidas ações, pelo prazo, no caso da Sociedade, de 15 (quinze) dias contados do recebimento aviso por escrito do acionista disposto a ceder e/ou transferir suas ações e, no caso dos demais acionistas, pelo prazo de 60 (sessenta dias) contados do término do prazo para que a Sociedade exerça sua opção. Decorridos estes prazos sem o exercício do direito de preferência acima, o acionista disposto a ceder e/ou transferir suas ações poderá fazê-lo a terceiros, desde que nos esmos termos e nas mesmas condições oferecidas aos outros acionistas. O mesmo direito de preferência também se e aplica às eventuais modificações de participação societária que impliquem no ingresso de terceiros nas empresas acionistas da Sociedade, a qualquer título, quer seja por meio de uma única operação, ou através de operações successivas, quer seja decorrente de venda, cessão, transferência, alienação ou, ainda, por meio da celebração de qualquer espécie de acordo, inclusive direitos de preferência, propriedade, usufruto, voto ou subscrição de participação societária que modifiquem a participação societária, implicando, em direta ou indiretamente, no ingresso de terceiros na empresa que for acionista da Companhia, aplicando como única exceção a transferência aos herdeiros necessários. Parágrafo Quarto - A Sociedade pode emitir ações preferenciais sem guardar proporção com demais espécies e/ou classes de ações já existentes, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total de ações emitidas. Parágrafo Quinto As ações preferenciais, quando emitidas, serão nominativas e sem valor nominal, gozando das seguintes vantagens: a) lireito à prioridade no reembolso do capital, até o seu valor nominal, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; direito à prioridade no reembolso do capital, até o seu valor nominal, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; b) direito a prioridade na distribuição de dividendos obrigatórios, ou seja, 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido, após os ajustamentos do Artigo 202, I, da Lei nº 6.404/76 com alterações posteriores; e c) direito a participar nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros. Parágrafo Sexto - As ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto caso o dividendo a que fizerem jus não seja pago pelo prazo de 3 (três) exercícios consecutivos, nos termos do parágrafo 1º, artigo 111, da Lei nº 6.404/76. Art. 6º - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Sociedade, sendo que cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Capítulo III - Da Administração A Sociedade, do Conselho de Administração da Diretoria e suas Atribuições - Do Conselho de Administração - Art. 7º - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração eleito pela Assembleia Geral, e uma diretoria constituída pelo Diretor Presidente da Companhia e validada pelo Conselho de Administração. Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 30 (três) e no máximo de 07 (sete) membros titulares, eleitos e destituídos a qualquer tempo omposto por no mínimo 03 (três) e no máximo de 07 (sete) membros titulares, eleitos e destituídos a qualquer tempo ela Assembleia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos, sendo obrigatória a participação de no únimo 1 (um) conselheiro independente. **Parágrafo Segundo** - 0 Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia privativa dos Diretores. **Parágrafo Terceiro -** No caso de vagar o cargo de Presidente, Vice ou outro membro do Conselho de Administração, a Assembleia Geral se reunirá no prazo de até 15 de Presidente, Vice ou outro membro do Conselho de Administração, a Assembleia Geral se reunirá no prazo de até 15 dias para eleger seu substituto. Parágarafo Quarto - No caso de renúncia ou vaga de qualquer conselheiro, este será substitutido por outro representante do acionista ou independente, escolhido e aprovado pela Assembleia Geral. Parágrafo Quinto - Findo o mandato, os Conselheiros permanecerão em seus respectivos cargos, até a posse e investidura dos novos Conselheiros. Art. 8º - Todas as deliberações do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio por um Secretário indicado pelo Presidente, e assinadas por todos os membros presentes. Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração, para deliberar validamente, deverá contar com a presença mínima de 50% de seus membros, além do seu Presidente ou outro Conselheiro a quem foi delegada a Presidência, com exceção de assuntos urgentes autorizados pelo Estatuto. Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração reunir-se-ã ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente. Parágrafo Terceiro - Nas deliberações do Conselho de Administração serão envidados todos os esforços para que as decisões sejam tomadas por consenso de seus integrantes presentes à reunião. Não havendo consenso na primeira reunião, o assunto deverá ser pautado em mais uma reunião, podendo ser extraordinária, convocada em curto espaço de tempo. Permanecendo o dissenso, o assunto será colocado em votação cabendo ao Presidente do Conselho, além do voto como membro, o voto de desempate. Parágrafo Quarto - Os conselheiros poderão participar das reuniões por intermédio de conferência telefônica, plataformas 200M, Quarto - Os conselheiros poderão participar das reuniões por intermédio de conferência telefônica, plataformas ZOOM TEAMS ou outras similares, sendo considerados presentes à reunião. Art. 9° - Mediante convocação de seu Presidente, poderão participar da sessão do Conselho de Administração, sem direito a voto, Diretores da Sociedade, seus funcionários, acionistas, técnicos ou terceiros especialistas em qualquer assunto sob deliberação ou estudo. Art. 10 - Os conselheiros e diretores tomarão posse de seus cargos mediante a assinatura do respectivo termo lavrado no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria. Art. 11 - Compete ao Conselho de Administração: I - definir/aprovar a estratégia e fixal de Administração e de directivas gerais dos negócios da companhia e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembleia Geral, a remuneração global da diretoria; II - eleger e destituir o Diretor Presidente da companhia, bem como validar os Diretores indicados pelo Diretor Presidente, observando o que dispuser o presente Estatuto; III - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da companhia, solicitando informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; IV - convocar as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias, quando julgar conveniente; V - manifestar-se sobre os relatórios da Assembielas Virtuarias e extracrotinarias, quanto Jugiar conveniente; v - manifestar-se sobire os relatorios de Administração, as Demonstrações Financeiras e as Contas da Diretoria; VI - aprovar e destituir Auditores Independentes; VII - deliberar sobre a criação e o encerramento de comitês e/ou grupos de trabalho da Companhia, visando auxiliar o Conselho de Administração, definindo sua composição, regimento, remuneração e escopo de trabalho, VIII - elaborar seu regimento interen. Da Diretoria A Art. 12 - A Diretoria da companhia será composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 09 (nove) membros, acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo Financeiro e demais Diretores, com ou sem designação específica que poderá ser atribuída pelo Diretor Presidente, todos residentes no País, com mandato de 3 (três) anos, prorrogáveis até a posse dos respectivos substitutos, facultada a reeleição. **Parágrafo Primeiro -** A gestão da Diretoria independe de caução ou de qualquer outra garantia. **Parágrafo Segundo -** No ipedimento, ausência temporária, ou caso de vaga do cargo, por qualquer motivo, de qualquer Diretor, competirá ao retor Presidente, indicar o substituto, o qual exercerá o mandato até a reunião do Conselho de Administração, a ser Diretor Presidente, indicar o substituto, o qual exercerá o mandato até a reunião do Conselho de Administração, a ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias, que deliberará sobre o provimento definitivo do acrogo. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. Parágrafo Terceiro - Se a vaga, por qualquer motivo, for a de Diretor Presidente, o Conselho de Administração se reunirá em até 30 (trinta) dias para eleição do seu substituto. O eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. Parágrafo Quarto - Os Diretores perceberão uma remuneração a ser fixada pelo Conselho de Administração e só terão direito ao recebimento quando em efetivo exercício do cargo. Art. 13 - Compete à Diretoria, na forma prevista neste Estatuto, a representação da Sociedade, ativa ou passivamente, em juizo ou fora dele, nas relações com terceiros, perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, autarquias ou repartições paraestatais, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos sa tos de administração, necessários que convenientes ao cumpriente do bajeto social exercitando e fazendo executar executar de receptado e fazendo executar executar. os atos de administração, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, executando e fazendo executa os atos de administração, inecesarios ou convenentes ao cumprimento do objeto social, executarios e aceitados per as deliberações do Conselho de Administração. Art. 4 - Sem prejuízo das atribuições comuns aos Diretores, compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões de Diretoria, podendo, entretanto, declinar esta competência a outro Diretor. Parágrafo Único - O Diretor Presidente estabelecerá, nos termos deste Estatuto, as diretrizes para a ação da Diretoria, devendo os demais Diretores agir de acordo com tais diretrizes, reportando sempre ao Diretor Presidente. O Diretor Presidente poderá, ainda, isoladamente, vetar as deliberações tomadas pela Diretoria, submetendo-as à apreciação do Conselho de Administração. Art. 15 - Serão praticados por no mínimo 02 (dois) diretores, em conjunto, apreciação do Conselho de Administração. Art. 15 - Serão praticados por no mínimo O2 (dois) diretores, em conjunto, devendo um deles, obrigatoriamente, ser o Diretor Presidente ou o Diretor Administrativo Financeiro, os seguintes atos: (1) de aquisição, permuta, alienação ou oneração de bens imóveis da Sociedade; (11) assinar em nome da Sociedade cartas de fiança e avais, prestar garantias reais, tais como exemplificativamente, hipoteca, caução, penhor, anticrese, alienação fiduciária e outras, para empresas cujas ações, em sua maioria, sejam de propriedade, direta ou indiretamente, da Sociedade; (11) decidir sobre a abertura ou fechamento de filiais, agências, escritórios ou depósitos, em qualquer parte do território nacional ou exterior, assinando os respectivos instrumentos; (1v) representar a sociedade perante terceiros, instituições financeiras, asinando contratos e compromissos de quaisquer natureza, ainda, onerar e penhorar a safra, o gado e demais mercadorias em garantia de financiamentos ou empréstimos obtidos exclusivamente em favor da Sociedade junto a instituições financeiras; (v) constituir procuradores judiciais ou extrajudiciais da Sociedade, com so poderes da cláusula *que negatia e* da cláusula *que du judicia e textu* e mais os especiais confessar, reconhecer a os poderes da cláusula *ad negotia* e da cláusula *ad judicia et extra* e mais os especiais de confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e substabelecer, declarando os poderes e o prazos de validade dos respectivos mandatos, com exceção da representação outorgada para fins judiciais que poderá não ter prazo específico de validade. **Art. 16** - Serão praticados por qualquer dos Diretores da Sociedade, isoladamente, independentemente de sua designação: (j) os atos de presentação da Sociedade, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, instituições financeiras, perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, autarquias ou repartições paraestatais, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, executando e fazendo executar as deliberações do Conselho Administração; (ii) os atos administrativos necessários ao giro comercial, especificamente: a emissão de cheques e autorização de movimentos auos administración riecessarios ao gino Comienta, especimiente, a entresad et unique e autorização de informentação e em conta corrente, tendo por objetivo o pagamento de fornecedores, tributos, taxas, encargos sociais, remuneração e administração de empregados, transferência de numerários entre bancos, cujo favorecido seja expressamente a sociedade; (iii) emitir e endossar cheques, notas promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e duplicatas, receber e dar quitação, acordar, transigir, fixar preços, dentre outros; (iv) assinar contratos e compromissos de quaisquer natureza em operações de até R\$200.000,00 (duzentos mil reais), o que deverá ser observado, também, em relação ao item III acima. Este valor será reajustado anualmente, no mês de abril, pelo indicador IPCA acumulado de 12 meses. Art. 17 - Com exceção do previsto no item (ii) do artigo 15, são expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor(es), procurador(es) ou funcionário(s) que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras apratis em Func do terrografa Art. 18 A Diretorio portir do Artigo jarantias em favor de terceiros. **Art. 18** - A Diretoria reunir-se-á todas as vezes que for necessário ou conveniente para discussão de assuntos da companhia, sendo no mínimo uma vez ao mês, lavrando-se atas de suas deliberações em livro próprio, a critério do Diretor Presidente. Capítulo IV - Do Conselho Fiscal - Art. 19 - O Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, será eleito pela Assembleia Geral, que lhes fixará a remuneração para o exercício social em que for instalado a pedido dos acionistas e será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições legais. Art. 20 - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e consignadas no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal. Capítulo V - Das Assembleias Gerais - Art. 21 - A Assembleia Geral é o órgão soberano da Sociedade, tendo os poderes e as atribuições que a Lei e este Estatuto Social lhe conferem. A Assembleia Geral reúne-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade. Sua convocação caberá ao Conselho de Administração. Art. 22 - Compete à Assembleia Geral deliberar sobre os assuntos definidos no art. 132 da Lei nº 6.404/76, bem como ARL 22 - Compete a Assembleia derat deutorar sobre os assuntos denimos no art. 132 da Lei nº 6.447/6, peim como sobre: (i) reforma do Estatuto Social; (ii) autorização para emissão de ações, abertura de capital (IPO); (iii) avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (iv) transformação, fusão, incorporação e cisão da Sociedade, com ou por qualquer outra forma de Sociedade, sua dissoulção e liquidação; (v) eleição e destituição de liquidantes e julgamento de suas contas; (vi) eleição e destituição a qualquer tempo do Conselho de Administração; (vii) definição da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; (viii) falência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade; (ix) alteração na política de distribuição de dividendos da Sociedade, dentre outras matéria. Parágrafo Primeiro - Para qualquer deliberação da Assembleia Geral, será necessária a aprovação de acionistas que representem a maioria absoluta das ações, ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404/76, que exijam "quórum" qualificado de aprovação. Parágrafo Segundo - Só poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro competente, até a data da Assembleia. Parágrafo Terceiro - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano da data da Assembleia Geral, que seja acionista, administrador da Sociedade ou advogado. Art. 23 - A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração e presidada ou ma membro eleito pela Assembleia Geral, cabendo à Mesa dirigente dos trabalhos, a obrigação de acatar e respeitar rigorosamente os efeitos jurídicos de "Acordos de Acionistas" arquivados na sede social, os quais também deverão ser respeitados pela Assembleia, inclusive pelos acionistas detentores de acões preferenciais, se e e enquanto tiverem direir tovero. Marce 46 - Das pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade; (ix) alteração na política de distribuição de dividendos da inclusive pelos acionistas detentores de ações preferenciais, se e enquanto tiverem direito de voto. **Art. 24 -** Das Assembleias Gerais serão lavradas atas em livro próprio e assinadas pelo presidente e secretário da mesa. **Capítulo VI** Assembleras oterais serad daviadas atas em tivio proprio e assinadas peto presidente e sectetario da inicea. Capitulo VI

- Do Exercício Social - Art. 25 - O exercício social terá início no dia 01 de Abril de cada ano e se encerrará no dia 31
de Março do ano subsequente, ocasião em que se procederá ao levantamento das demonstrações financeiras contábeis
determinadas pelas disposições legais vigentes. Art. 26 - Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Parágrafo Primeiro - O lucro líquido apurado em cada exercito social será distribuído obedecendo a legislação em vigor e a ordem abaixo: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal, destinado a garantir a integridade do capital social, até que o mesmo atinja o máximo de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 5% (cinco por cento) para distribuíção aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório; (c) o saldo que remanescer ficará a disposição da Assembleia aos actoriscas, a tutulo de dividendo minimo obrigationi, colo sadou que retraineste incara a displosiçado da Assembação que decidirá sobre sua destinação. Parágrafo Segundo - A Assembleia poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro. Parágrafo Terceiro - Para distribuição de dividendos aos acionistas será considerado o lucro líquido ajustado, ou seja, sem os efeitos dos ajustes societários da Lei 12.973/2014. Art. 27 - Os dividendos não reclamados não vencerão juros e prescreverão em favor da Sociedade, dentro do prazo de 03 (três) anos contados da data de publicação da Ata da prescreverao em avor da Sociedade, dentro do prazo de os (tres) anos contados da data de publicação da Ata da Assembleia Geral que autorizar seu pagamento. Art. 28 - A critério dos acionistas poderão ser levantados, em qualquer data, balanços intermediários e distribuídos dividendos ou juros sobre o capital próprio, à conta do lucro apurado nesse balanço, ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros acumulados existentes no último balanço anual Parágarão Único - Compete ao Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária imediatamente subsequente, calcular e provisionar, individualizadamente, bem como quitar os juros sobre o capital próprio, observando a legislação aplicável. Capítulo VII - Da Liquidação da Sociedade - Art. 29 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, competindo à Assembleia Geral determinar a modalidade de liquidação e eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação. Será liquidante o Diretor Presidente da Sociedade. Art. 30 - Havendo Acordo de Acionistas vigente na data da dissolução, o mesmo deverá ser observado como meio e regra para o procedimento de dissolução. Capítulo VIII - Disposições Finais e Transitórias - Art. 31 - Os casos omissos e as hipóteses não previstas neste Estatuto Social serão regidos pela legislação em vigor, em especial pela Lei nº 6.404/76, e alterações posteriores. Iacanga, 31 de julho de 2024. Leopoldo Tittoto - Presidente da Mesa, Matheus Mazza Tittoto - Secretário da Mesa. Acionistas Presentes: Representando a Santana Administração e Participações S.A.: ATT Agrícola e Participações Ltda. - Representado por: Leopoldo Tittoto, MT Comércio e Adm. Ltda. - Representado por: Ricardo Tittoto Neto. - Representando a LCunali Agrícola e Participações Ltda: Luiz Cunali Defilipi -

Este documento foi assinado digitalmente po

setenta e quatro reais e dez centavos), divididos em 162.626.303 (cento e sessenta e dois milhões, seiscentos e vinte | Representando a ND3 Bioenergia Ltda.: Luis Guilherme Naufel Defilippi.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/AB9F-EBC3-D3D2-9AFB ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: AB9F-EBC3-D3D2-9AFB



Hash do Documento

222839F5DE52A8A9293B377363C0A99527C5CEA5DC0C12BF4E8547624ABFB6ED

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/09/2025 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) 39.732.792/0001-24 em 19/09/2025 00:01 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

